

ESTADO de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE Sao Bernardino

AUDIÊNCIA PÚBLICA
DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO
DAS METAS FISCAIS

3º Quadrimestre/2019

exigência legal

Lei Complementar n°101, de 04 de Maio de 2000, Art. 9°, § 4°

Art. 9º - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 4º - Até o final dos meses de Maio, Setembro e Fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na comissão referida no § 1º do Art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

temas a serem apresentados

* Execução Orçamentaria
* Metas Arrecadação
* Cronograma de Desembolso
* Aplicação de Recursos em Saúde (15%)
* Aplicação de Recursos em Educação (25%)
* Aplicação dos Recursos Recebidos do FUNDEB (60%)
* Despesas com Pessoal
* Ações de Investimentos Previstas na LDO e LOA

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

Lei 4.320/64, Art. 2° - A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

§ 1° Integrarão a Lei de Orçamento:

I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;

II - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº1;

III - Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;

IV - Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º Acompanharão a Lei de Orçamento:

I - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

II - Quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos n°6 a 9;

III - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Receita Arrecada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Valores**  |
| 2015 | 13.021.520,15 |
| 2016 | 14.188.042,54 |
| 2017 | 13.216.527,80 |
| 2018 | 15.512.705,74 |

|  |
| --- |
| Receita Arrecadada até 3º Quadrimestre/2019 |
| Receita Orçamentária | 15.425.209,74 |
| Média Mensal | 1.285.434,14 |

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Evolução da Receita Orçamentaria |



despesa orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Despesa Realizada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Empenhado** | **Liquidado** |
| 2015 | 11.917.842,24 | 11.652.699,30 |
| 2016 | 13.000.878,22 | 12.636.995,13 |
| 2017 | 12.247.578,98 | 12.188.978,15 |
| 2018 | 14.714.544,64 | 14.396.937,06 |

|  |
| --- |
| Despesa até 3º Quadrimestre/2019 |
| Despesa Orçamentária | 16.037.185,11 | 15.739.745,77 |
| Média Mensal | 1.336.432,09 | 1.311.645,48 |

despesa orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2°, § 1° e 2°

|  |
| --- |
| Evolução da Despesa Orçamentaria Realizada |



receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

LRF, Art. 2° - Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

IV - Receita Corrente Líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do Art. 201 da Constituição.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

|  |
| --- |
| Receita Corrente Líquida (RCL) Arrecadada em Exercícios Anteriores |
| **Exercício**  | **Valores**  |
| 2015 | 11.396.682,81 |
| 2016 | 12.960.935,71 |
| 2017 | 13.364.369,54 |
| 2018 | 14.116.036,87 |

|  |
| --- |
| Receita Corrente Líquida Arrecadada até 3º Quadrimestre/2019 |
| Receita Corrente Líquida | 15.076.099,18 |
| Média Mensal | 1.256.341,60 |

receita corrente líquida

Lei Complementar n°101/2000, Art. 2°, IV, ‘c’, § 1° e 3°

|  |
| --- |
| Evolução da Receita Corrente Líquida (RCL) |



execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

LRF, Art. 52 - O relatório a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;

b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;

b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;

c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do Art. 51.

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| **Receitas Arrecadadas**  |
| **Receitas Correntes (I)**  | **15.076.099,18**  |
| Receita Tributária | 539.061,34 |
| Receita de Contribuições | 42.812,69 |
| Receita Patrimonial | 62.634,93 |
| Receita Agropecuária | 0,00 |
| Receita Industrial | 0,00 |
| Receita de Serviços | 190.587,54 |
| Transferências Correntes | 16.684.946,47 |
| (-) Deduções das Transferências Correntes | -2.456.558,90 |
| Outras Receitas Correntes | 12.615,11 |
| **Receitas de Capital (II)**  | **349.110,56**  |
| Operações de Crédito | 0,00 |
| Alienação de Bens | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 |
| Transferências de Capital | 349.110,56 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 |
| **Total (III) = (I+II)**  | **15.425.209,74**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| **Despesas Liquidadas Por Função de Governo**  |
| 01 - Legislativa | 662.148,17 |
| 04 - Administração | 1.856.549,72 |
| 06 - Segurança Pública | 91.461,00 |
| 08 - Assistência Social | 970.380,79 |
| 10 - Saúde | 3.780.184,10 |
| 12 - Educação | 3.182.424,36 |
| 13 - Cultura | 98.797,67 |
| 14 - Direitos da Cidadania | 4.480,00 |
| 15 - Urbanismo | 1.154.222,53 |
| 16 - Habitação | 10.862,99 |
| 17 - Saneamento | 9.081,25 |
| 20 - Agricultura | 2.108.017,19 |
| 22 - Indústria | 0,00 |
| 24 - Comunicações | 1.701,89 |
| 25 - Energia | 65.168,16 |
| 26 - Transporte | 1.457.606,75 |
| 27 - Desporto e Lazer | 156.659,20 |
| 28 - Encargos Especiais | 130.000,00 |
| 99 - Reserva de Contingência | 0,00 |
| **Total (IV)**  | **15.739.745,77**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
| Execução Orçamentária e Financeira  |
| Superávit Financeiro do Exercício Anterior (V) | 798.161,10  |
| Superávit Financeiro Apurado Até o Quadrimestre (VI) = (III-IV) | **-314.536,03**  |
| Restos a Pagar Não Processados (VIII) | **297.439,34**  |
| **Superávit (VII) = (V + VI - VIII)**  | **186.185,73**  |

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

|  |
| --- |
|  |



metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8° - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea "c" do inciso I do Art. 4°, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8°, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |
| **Receitas Orçamentárias**  | **Previsão**  | **Arrecadação**  | **Diferença**  |
| **Receitas Correntes (I)**  | **12.246.800,00**  | **15.076.099,18**  | **2.829.299,18**  |
| Receita Tributária | 484.775,00 | 539.061,34 | 54.286,34 |
| Receita de Contribuições | 40.000,00 | 42.812,69 | 2.812,69 |
| Receita Patrimonial | 53.205,00 | 62.634,93 | 9.429,93 |
| Receita Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 115.700,00 | 190.587,54 | 74.887,54 |
| Transferências Correntes | 14.146.560,00 | 16.684.946,47 | 2.538.386,47 |
| (-) Deduções das Transferências Correntes | -2.593.440,00 | -2.456.558,90 | 136.881,10 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 12.615,11 | 12.615,11 |
| **Receitas de Capital (II)**  | **0,00**  | **349.110,56**  | **349.110,56**  |
| Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 0,00 | 349.110,56 | 349.110,56 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Total (III) = (I+II)**  | **12.246.800,00**  | **15.425.209,74**  | **3.178.409,74**  |

metas de arrecadação

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |



cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8° - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do Art. 4°, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8°, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |
| **Despesas Orçamentárias**  | **Fixadas**  | **Realizadas**  | **Diferença**  |
| **Despesas Correntes (I)**  | **14.217.030,00**  | **14.165.021,65**  | **52.008,35**  |
| Pessoal e Encargos Sociais | 7.290.723,30 | 7.546.120,35 | -255.397,05 |
| Juros e Amortização da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Correntes | 6.926.306,70 | 6.618.901,30 | 307.405,40 |
| **Despesas de Capital (II)**  | **548.210,00**  | **1.574.724,12**  | **-1.026.514,12**  |
| Investimentos | 548.210,00 | 1.574.724,12 | -1.026.514,12 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Fundada Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Reserva de contingência (III)**  | **75.000,00**  | **0,00**  | **75.000,00**  |
| Reserva de contingência | 75.000,00 | 0,00 | 75.000,00 |
| **Total (IV) = (I+II+III)**  | **14.840.240,00**  | **15.739.745,77**  | **-899.505,77**  |

cronograma de desembolso

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional n°29 de 13/09/2000

EC 29/2000, Art. 7º - O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte Art. 77:

"III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o Art. 156 e dos recursos de que tratam os Art´s. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º."

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita bruta de Impostos e Transferências (I)**  | **12.785.613,33**  |
| **Despesas por função/subfunção (II)**  | **3.780.184,10**  |
| **Deduções (III)**  | **939.916,25**  |
| **Despesas para efeito de cálculo (IV) = (II-III)**  | **2.840.267,85**  |
| **Mínimo a ser aplicado**  | **1.917.841,88**  |
| **Aplicado à maior**  | **922.425,98**  |
| **Percentual aplicado = (IV) / (I) x 100**  | **22,21**  |

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional n°29 de 13/09/2000

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE RECURSOS NA
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

CF, Art. 212 - A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

LDB, Art. 72 - As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição Federal.

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita bruta de Impostos e Transferências (I)**  | **13.427.984,41**  |
| **Despesas por função/subfunção (II)**  | **2.980.192,84**  |
| **Deduções (III)**  | **393.511,31**  |
| **Resultado líquido da transf. do FUNDEB (IV)**  | **-1.037.786,50**  |
| **Despesas para efeito de cálculo (V) = (II-III-IV)**  | **3.624.468,03**  |
| **Mínimo a ser aplicado**  | **3.356.995,75**  |
| **Aplicado à Maior**  | **267.472,28**  |
| **Percentual aplicado = (V) / (I) x 100**  | **26,99**  |

APLICAÇÃO DE RECURSOS NA
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

|  |
| --- |
|  |



APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ADCT, Art. 60, XII, MP 339/2006, EC 53/2006 e Lei Federal n°9.424/96

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita do FUNDEB (I)**  | **1.419.319,48**  |
| **Despesas (II)**  | **957.532,21**  |
| **Mínimo a ser Aplicado**  | **851.591,69**  |
| **Aplicado à Maior**  | **105.940,52**  |
| **Percentual Aplicado = (II) / (I) x 100**  | **67,46**  |

APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ADCT, Art. 60, XII, MP 339/2006, EC 53/2006 e Lei Federal n°9.424/96

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

CF, Art. 169 - A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

LRF, Art. 19 - Para os fins do disposto no caput do Art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

III - Municípios: 60% (sessenta por cento)

LRF, Art. 20 - A repartição dos limites globais do Art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **15.076.099,18**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **7.028.295,37**  |
| **Limite Prudencial - 51,30%**  | **7.734.038,88**  |
| **Limite Máximo - 54,00%**  | **8.141.093,56**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **46,62**  |

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **15.076.099,18**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **473.600,03**  |
| **Limite Prudencial - 5,70%**  | **859.337,65**  |
| **Limite Máximo - 6,00%**  | **904.565,95**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **3,14**  |

DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |  |
| --- | --- |
| **Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)**  | **15.076.099,18**  |
| **Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)**  | **7.501.895,40**  |
| **Limite Prudencial - 57,00%**  | **8.593.376,53**  |
| **Limite Máximo - 60,00%**  | **9.045.659,51**  |
| **Percentual aplicado = (II) / (I) x 100**  | **49,76**  |

DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*
Lei Complementar n°101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

|  |
| --- |
|  |



ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE
INVESTIMENTOS PREVISTAS NA LDO E LOA

Lei Complementar n° 101/2000, Art. 9°, § 4°

LRF, Art. 59 - O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

I - Cumprimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 01 - MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO**  |
| **Projeto/Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 1001 - Instalação de Sistema de Abastecimento de Água |
|  | 110.000,00 | 0,00 | 100.000,00 | 9.081,25 | 918,75 |
| 1002 - Construção de Pontes |
|  | 20.000,00 | 5.000,00 | 10.000,00 | 11.960,40 | 3.039,60 |
| 1003 - Pavimentação de Ruas |
|  | 13.000,00 | 812.377,11 | 5.500,00 | 792.062,42 | 27.814,69 |
| 1004 - Apoio a Construção de Unid. Habitacionais - Urbano |
|  | 17.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.862,99 | 6.137,01 |
| 1005 - Apoio a Construção de Unid. Habitacionais - Rural |
|  | 17.000,00 | 18.000,00 | 0,00 | 29.754,72 | 5.245,28 |
| 1006 - Ampliação de Área Industrial |
|  | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1007 - Ampliação da Rede Física do Ensino |
|  | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.394,18 | 39.605,82 |
| 1008 - Construção de Abatedouro Municipal |
|  | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1009 - Construção de Cemitério Municipal |
|  | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito |
|  | 501.000,00 | 19.096,55 | 219.400,00 | 280.822,94 | 19.873,61 |
| 2003 - Manutenção da Administração Geral |
|  | 910.000,00 | 42.873,50 | 155.395,00 | 783.193,45 | 14.285,05 |
| 2004 - Contribuição a Entidades Municipalistas |
|  | 160.000,00 | 0,00 | 44.728,00 | 115.272,00 | 0,00 |
| 2005 - Manutenção do Departamento da Fazenda |
|  | 630.000,00 | 0,00 | 0,00 | 593.858,66 | 36.141,34 |
| 2006 - Serviços de Segurança Pública |
|  | 60.350,00 | 44.309,68 | 2.000,00 | 61.706,28 | 40.953,40 |
| 2009 - Manutenção do Setor de Esportes |
|  | 130.000,00 | 6.800,00 | 4.800,00 | 130.679,51 | 1.320,49 |
| 2010 - Manutenção de Praças/Quadra de Esportes |
|  | 120.000,00 | 0,00 | 83.000,00 | 25.979,69 | 11.020,31 |
| 2011 - Manutenção da Cultura em Geral |
|  | 220.000,00 | 0,00 | 185.000,00 | 22.030,85 | 12.969,15 |
| 2013 - Manutenção do Órgão Central de Educação |
|  | 355.000,00 | 25.000,00 | 135.000,00 | 232.963,66 | 12.036,34 |
| 2014 - Manutenção do Programa de Merenda Escolar |
|  | 73.330,00 | 36.093,48 | 0,00 | 99.080,70 | 10.342,78 |
| 2015 - Manutenção da Creche |
|  | 415.000,00 | 440.273,12 | 57.567,50 | 719.352,62 | 78.353,00 |
| 2016 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB |
|  | 1.450.000,00 | 247.914,90 | 197.090,00 | 1.268.706,80 | 232.118,10 |
| 2017 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental |
|  | 592.250,05 | 249.555,60 | 106.444,79 | 553.197,09 | 182.163,77 |
| 2019 - Manutenção do Pré-Escolar |
|  | 162.000,00 | 111.435,00 | 15.000,00 | 175.712,69 | 82.722,31 |
| 2020 - Apoio ao Ensino Especial |
|  | 31.000,00 | 38.000,00 | 54.000,00 | 9.936,13 | 5.063,87 |
| 2021 - Apoio ao Ensino Médio |
|  | 78.000,00 | 0,00 | 18.000,00 | 55.939,69 | 4.060,31 |
| 2024 - Manutenção do Transp. Escolar - Pré-Escolar |
|  | 19.000,00 | 15.000,00 | 0,00 | 20.745,80 | 13.254,20 |
| 2026 - Apoio ao serviço de proteção Social PSE/MSE |
|  | 40.000,00 | 0,00 | 25.000,00 | 2.900,00 | 12.100,00 |
| 2029 - Atendimento a Criança e ao Adolescente |
|  | 23.000,00 | 0,00 | 0,00 | 4.480,00 | 18.520,00 |
| 2030 - Manutenção do Conselho Tutelar |
|  | 115.000,00 | 0,00 | 0,00 | 89.934,99 | 25.065,01 |
| 2031 - Manutenção da Assistência Social |
|  | 755.000,00 | 1.172,00 | 166.172,00 | 570.952,90 | 19.047,10 |
| 2032 - Manutenção do Centro dos Idosos |
|  | 34.000,00 | 0,00 | 0,00 | 29.164,20 | 4.835,80 |
| 2033 - Manutenção da Rede de Energia Elétrica |
|  | 90.000,00 | 8.000,00 | 18.000,00 | 65.168,16 | 14.831,84 |
| 2034 - Manutenção do Terminal Rodoviário de Passageiros |
|  | 10.000,00 | 0,00 | 5.000,00 | 1.918,63 | 3.081,37 |
| 2035 - Manutenção do Centro de Eventos |
|  | 35.000,00 | 0,00 | 22.941,02 | 9.298,20 | 2.760,78 |
| 2036 - Manutenção da Infraestrutura |
|  | 1.190.000,00 | 438.423,13 | 130.000,00 | 1.443.727,72 | 54.695,41 |
| 2037 - Manutenção da Agricultura |
|  | 1.236.100,00 | 1.037.493,06 | 30.479,00 | 2.175.467,19 | 67.646,87 |
| 2038 - Manutenção do Planejamento Urbano |
|  | 256.713,25 | 421.547,07 | 28.693,25 | 584.026,45 | 65.540,62 |
| 2039 - Manutenção do Sistema de Telefonia |
|  | 9.000,00 | 0,00 | 5.000,00 | 1.701,89 | 2.298,11 |
| 2040 - Pagamentos a Inativos |
|  | 35.000,00 | 0,00 | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2041 - Manutenção do FMSB - Fundo Munic. de Saneamento Básico |
|  | 6.000,00 | 0,00 | 6.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2042 - Contribuição ao Pasep |
|  | 165.000,00 | 0,00 | 35.000,00 | 130.000,00 | 0,00 |
| 2043 - Reserva de Contingência |
|  | 75.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 75.000,00 |
| 2044 - Festividades Municipais |
|  | 100.000,00 | 0,00 | 29.000,00 | 67.468,62 | 3.531,38 |
| 2045 - Manutenção do Programa CRAS/PAINF |
|  | 253.770,00 | 184.038,11 | 3.110,00 | 277.428,70 | 157.269,41 |
| 2046 - Profissionalização de Jovens |
|  | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.000,00 |
| 2047 - Apoio ao Ensino Superior |
|  | 55.000,00 | 0,00 | 15.000,00 | 37.275,00 | 2.725,00 |
| 2048 - Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil |
|  | 35.000,00 | 27.000,00 | 27.000,00 | 23.733,65 | 11.266,35 |
| 2049 - Contribuição para Consórcios Regionais |
|  | 92.000,00 | 0,00 | 32.330,98 | 59.669,02 | 0,00 |
| **Total da Unidade** | **10.796.513,30**  | **4.229.402,31**  | **2.046.651,54**  | **11.587.609,84**  | **1.391.654,23**  |

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 02 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES SÃO BERNARDINO**  |
| **Projeto/Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 2001 - Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores |
|  | 695.000,00 | 0,00 | 0,00 | 652.587,01 | 42.412,99 |
| 2007 - Manutenção da Câmara de Vereadores Mirim |
|  | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 9.561,16 | 15.438,84 |
| **Total da Unidade** | **720.000,00**  | **0,00**  | **0,00**  | **662.148,17**  | **57.851,83**  |

|  |
| --- |
| **Unidade Gestora: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**  |
| **Projeto/Atividade**  | **Previsão**  | **Suplementações**  | **Anulações**  | **Execução**  | **Saldo atual**  |
| 2008 - Manutenção da Saúde Pública |
|  | 1.292.946,70 | 944.426,58 | 160.289,19 | 1.875.175,84 | 201.908,25 |
| 2012 - Manutenção do Programa PACS |
|  | 156.100,00 | 17.789,00 | 0,00 | 154.695,75 | 19.193,25 |
| 2018 - Manutenção do Programa PSF |
|  | 606.320,00 | 63.858,83 | 80.000,00 | 502.827,80 | 87.351,03 |
| 2022 - Assistência Hospitalar ao Cidadão |
|  | 200.440,00 | 8.327,41 | 0,00 | 108.953,91 | 99.813,50 |
| 2023 - Manutenção do Programa Vigilância Em Saúde |
|  | 45.160,00 | 37.246,30 | 0,00 | 32.147,98 | 50.258,32 |
| 2025 - Contribuição para Consórcios Regionais - Saúde |
|  | 605.000,00 | 553.175,10 | 426.590,60 | 687.509,64 | 44.074,86 |
| 2027 - Manutenção Programa Sorrir |
|  | 229.220,00 | 120.615,36 | 30.000,00 | 211.129,45 | 108.705,91 |
| 2028 - Manutenção Programa Medicamento ao Cidadão |
|  | 188.540,00 | 121.864,06 | 0,00 | 214.986,73 | 95.417,33 |
| **Total da Unidade** | **3.323.726,70**  | **1.867.302,64**  | **696.879,79**  | **3.787.427,10**  | **706.722,45**  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Total Geral**  | **14.840.240,00**  | **6.096.704,95**  | **2.743.531,33**  | **16.037.185,11**  | **2.156.228,51**  |